

política



Repórter Brasília
Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Legalização dos jogos

Divisão no Senado Federal e pressão popular levaram à retirada de pauta do projeto que legaliza cassinos, bingos, jogo do bicho e apostas em corridas de cavalo. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), retirou da pauta de votações a proposta que põe fim à proibição imposta por decreto de 1946 e revoga trechos da Lei das Contravenções Penais.



JEFFERSON RUDY/AGÊNCIA SENADO/JC

Senado dividido

A decisão foi motivada pelo baixo quórum – apenas 56 senadores presentes – e por pedidos de adiamento feitos por líderes partidários. “Há certamente uma divisão no Senado sobre esse tema”, afirmou Alcolumbre. Na Bancada Evangélica, Carlos Viana (Pode-MG), Damares Alves (REP-DF), entre outros, também se opõem publicamente. Tereza Cristina (PP-MS), que votou favorável na CCJ, apoia a proposta como fator de desenvolvimento econômico, com fiscalização rigorosa.

‘População está aflita’

O senador Eduardo Girão (Novo-CE), crítico do projeto, comemorou a retirada e sugeriu que a proposta passe por três comissões antes de voltar ao plenário. “A população está aflita”, afirmou, defendendo que a próxima votação seja nominal.

Sociedade pagará a conta

Para o professor de teologia, Peniel Pacheco, a medida representa uma “degradação social e transfere os custos da crise para os mais vulneráveis. A sociedade pagará a conta”, diz o ex-deputado. “A legalização dos jogos representa uma estratégia desesperada do Estado para arrecadar mais diante de um orçamento estrangulado – mas que pode gerar graves danos sociais”.

Desespero por receita

“O Brasil está desesperado por receita, porque o gasto público é muito alto e o orçamento da União está praticamente capturado pelo Congresso. O governo tem pouca margem para gerir os próprios recursos”, avaliou. Segundo ele, “a busca por novas fontes de arrecadação não pode sacrificar os mais pobres, nem abrir caminho para práticas nocivas como o vício em jogos”.

Efeitos colaterais danosos

Peniel é categórico: “A jogatina tem efeitos colaterais danosos. Não é algo inofensivo. Ela destrói famílias, desvia recursos que deveriam promover inclusão e justiça social. Parte do dinheiro destinado, por exemplo, ao Bolsa Família, já está sendo sugado por plataformas de apostas como o ‘tigrinho’”. É como se a política pública fosse desorganizada por um vício travestido de entretenimento”.

O pensamento evangélico

Indagado sobre como o segmento evangélico enxerga a legalização dos jogos, Peniel foi direto: “A grande maioria pensa como eu. Enxerga nisso uma ameaça moral, social e espiritual para o país”.

Pressão cresce

Com o adiamento, o debate segue aberto, mas a pressão de lideranças religiosas e setores conservadores, cresce. A legalização dos jogos no Brasil está longe de ser uma pauta consensual.

Chance de retorno

A pauta ainda está viva e existe real chance de retorno no segundo semestre, mas depende de articulação política e de reunir quórum suficiente. O avanço será influenciado pela pressão por receitas, dadas as dificuldades fiscais do governo e o contexto de “guerra tarifária” exógena.

Tarifa prejudica tanto

Entrevista Especial

Bolívar Cavalari

bolivarc@jcrs.com.br

O anúncio do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, na quarta-feira passada, sobre a taxa de 50% aos produtos brasileiros exportados para o país norte-americano, repercutiu fortemente no Brasil e na comunidade internacional. Na avaliação do professor João Jung, de Relações Internacionais da Pucrs, a tarifa, se for aplicada, é prejudicial economicamente tanto para o Brasil quanto para os EUA.

Jung acredita que, dado o histórico recente de recuos de Trump em taxas anunciadas para outros países, é possível que a tarifa ao Brasil seja revista, podendo ser cancelada ou diminuída. Quanto à posição do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) de articular negociações para rever a tarifa e de afirmar a soberania brasileira frente aos ataques unilaterais de Trump, o professor avalia como positiva.

Nesta entrevista ao **Jornal do Comércio**, Jung comenta a simbologia envolvendo o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) na carta enviada por Trump ao Planalto, em que o mandatário dos EUA cita uma suposta “caça às bruxas” ao ex-chefe do Executivo brasileiro, que atualmente está inelegível e passando por um processo judicial envolvendo acusações de participação em tentativa de golpe de Estado.

Jornal do Comércio - O que significa esta tarifa de 50% dos produtos brasileiros?

João Jung - Esse anúncio de Donald Trump de colocar tarifa 50% em relação aos produtos brasileiros compõe uma espécie de arcabouço, de léxico, de vocabulário que o governo Donald Trump tem utilizado não apenas com o Brasil, mas com uma série de países. Se não todos, pelo menos todos que circundam o radar da política externa dos Estados Unidos. Tem sido utilizado como uma espécie de barganha para fazer valer intenções ou vontades do governo Trump, e o Brasil agora é uma das grandes bolas da vez. A gente começou a falar muito fortemente sobre essa questão das tarifas naquela guerra comercial entre Estados Unidos e China, mas assim como aconteceu com a China e assim

como aconteceu com boa parte ou a maioria dos países que Trump ameaçou taxar, as taxas ou não ocorreram ou foram menores do que as inicialmente anunciadas, ou foram restritas a apenas um pequeno grupo de produtos ou setores específicos, e não aos produtos como um todo. Então, frente ao cenário contemporâneo de 50%, me parece ser um argumento mais de intencionalidades políticas, que talvez não tenha nem como se concretizar economicamente ou se concretizar sem prejudicar o próprio governo Trump e sua popularidade interna.

JC - Então acredita que, por razões econômicas, é possível que haja um recuo dos EUA?

Jung - É anunciado para 1º de agosto (o início da vigência das tarifas), e o governo brasileiro respondeu com um tom, digamos assim, firme. O governo dos EUA pode de fato querer cumprir com isso, principalmente em resposta ao governo brasileiro, que se demonstrou firme para tentar mostrar uma força. Só que não vejo isso se sustentando no longo prazo. Em primeiro lugar, porque não faz sentido economicamente para os próprios Estados Unidos, e em segundo lugar, porque não faz sentido politicamente, porque quando uma coisa não faz sentido economicamente, o eleitor começa a ficar descontente, começa a não ver sentido nas políticas feitas pelo seu governante, porque afinal das contas é o bolso que manda. A partir do momento em que certos produtos começam a ficar mais caros, por exemplo suco de laranja, café, produtos que o trabalhador que vai ao supermercado comprar vão ficando mais caros, isso é o tipo de coisa que desgasta o governo. Assim, pode se efetivar? Pode. Se efetivar esses 50%, tem que ver se vão ser os 50% e se vão

ser 50% sobre todos os produtos, o que eu já começo a achar difícil, porque pode ser sobre alguns setores, exatamente para livrar setores que são mais perceptíveis pelo eleitorado. E se for cumprindo essas situações, essas hipóteses, tem ainda que observar se de fato isso se mantém muito além do dia 1º de agosto, se depois de um tempo já tem uma espécie de recuo. E esses recuos têm sido bem comuns dentro do governo Trump.

JC - Esse anúncio das tarifas foi uma surpresa ou já havia uma expectativa neste sentido?

Jung - Era minimamente esperado, no sentido de que tem sido um modus operandi do governo Trump. Não foi uma coisa com o Brasil, foi uma coisa com parceiros tradicionais, como a própria Coreia do Sul, porque ele também colocou 25% de taxas para a Coreia do Sul, que é um parceiro tradicional, e que é extremamente dependente dos Estados Unidos em muitos aspectos. E o Brasil está com um governo que é crítico ao governo Trump, que é antagonista ao governo Bolsonaro - que é a base de apoio que o Trump tem no Brasil. O Brasil que, com o Lula, fomentou a criação do Brics e realizou o Brics, e, nos governos Lula 1 e Lula 2, foi um dos poucos momentos da história que teve superávits comerciais com os Estados Unidos. Então existe uma espécie de inimizade, uma espécie de desgosto por parte de Donald Trump em relação ao Brasil com as intenções de projeção internacional durante os governos Lula. Isso faz com que a gente ligue os pontos e veja que isso (as tarifas) faz algum sentido, não é uma coisa que veio do nada. Tanto por parte dos Estados Unidos quanto por parte do Brasil.

JC - Na prática, quais os



“É difícil pensar nessa lógica dos 50% como algo universal, porque cada setor tem suas peculiaridades”